RELAÇÕES DE PODER E DE RESISTÊNCIA: a experiência do quilombo urbano Liberdade

POWER RELATIONS AND RESISTANCE: the experience of the urban quilombo Liberdade

ALINE DE ARAUJO SALES[1]

FAYGA DA SILVA PEREIRA[2]

MARIA LEIDINALVA BATISTA MIRANDA*

RESUMO

Análise do quilombo urbano liberdade como experiência ético-política de resistência. Objetiva-se discutir, a partir de vivências coletivas do primeiro quilombo urbano do Maranhão, as condições de possibilidade de resistência. Parte-se da compreensão de relações de poder em Foucault, para problematizar, em face dela, a resistência e sua potência própria, como anterior ao poder. Conclui-se que esse é um desafio das lutas sociais, tornando essa experiência uma decisiva contribuição à sua reflexão/potencialização.

Palavras-chave: Poder. Resistência. Étnico-racial.

ABSTRACT

Analysis of the urban quilombo freedom as an ethical-political experience of resistance. The objective is to discuss, from the collective experiences of the first urban quilombo in Maranhão, the conditions for the possibility of resistance. It starts from the understanding of power relations in Foucault, to problematize, in face of it, resistance and its own potency, as prior to power. It is concluded that this is a challenge of social struggles, making this experience a decisive contribution to their reflection/empowerment.

Keywords: Power. Resistance. Ethnic-racial.

[1] Graduanda do 7º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: araujo.aline@discente.ufma.br.
[2] Graduanda do 7º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: fayga.pereira@discente.ufma.br.
*Doutora em Políticas Públicas. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DESES)/CCSO da Universidade Federal do Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, o Brasil experimenta um intenso processo de urbanização. Na década de 1940, a população urbana, que somava 26,3%, já nos anos 2000, passa a 81,2%, em registros absolutos. Isso significava que de 13,8 milhões, passamos a um número aproximado de 18,8 milhões habitando as cidades, segundo Maricato (2013).

Mesmo com o crescimento econômico das décadas de 1940 e 1980, no cenário urbano, a democratização do acesso à terra não foi impulsionada. Ainda que durante esses anos, o êxodo rural tenha se tornado um fato, grandes contingentes populacionais continuaram ou se veem agora sem o acesso a direitos sociais e civis básicos, como moradia, saneamento, trabalho. Nesse cenário, vemos surgir o que Maricato (2013) chama de tragédias urbanas brasileiras, agravada pelo aumento significativo dos índices de *violência urbana.* As raízes disso estão nos séculos iniciais da formação social do Brasil, onde o escravismo se destaca.

Guimarães (2017) entende que o direito à cidade perpassa questões de cunho jurídico, social e político. Porém, ele não corresponde apenas à soma de direitos *sociais* (acesso a recursos da cidade), trata-se também e essencialmente, do poder de decisão sobre como viver, de reinventar-se, reinventando o espaço. Lefebvre (1999; 2001 apud GUIMARÃES, 2017), aduz ainda que na cidade não há uniformidade ou consenso. O direito à cidade, à vida urbana, assim como a capacidade de renová-la e transformá-la, é reafirmado pela existência dos movimentos sociais urbanos e da luta de classes.

Nesse contexto, o propósito aqui é descrever e discutir a experiência do bairro da Liberdade, em São Luís - MA como quilombo urbano, a partir das relações de poder-resistência que o moldam e são por ele também alteradas. Pretende-se indagar seu alcance como resistência, buscando elementos críticos e contribuições possíveis. Para tanto, a argumentação em tela aborda inicialmente as noções de poder e resistência, defendendo a antecedência da segunda em relação ao primeiro, para em seguida circunscrever e problematizar o significado político da experiência.

2 DAS RELAÇÕES DE PODER E DE RESISTÊNCIA

Uma condição fundamental para se pensar a questão da resistência está no modo como interpretamos o poder. Assim, partimos da analítica do poder em Michel Foucault[1], segundo a qual este não é uma coisa, menos ainda está fixado em uma instância exclusivamente opressora, fechada em si ou unidirecional. Não há, pois, poder, mas relações de poder, o que denota sua circularidade no conjunto do tecido social. E mais importante: onde há poder, há resistência. Significa que em ambos os lados, há diferentes graus de força, o que opera contra toda dualização de processos, sujeitos, instâncias ou lugares.

É a partir dessa compreensão que se pode pensar condições de possibilidade de que as lutas, tenham certo grau de potência a seu alcance no processo de construção de estratégias, na definição de lugares a ocupar e na construção de pontos de convergência, ao mesmo tempo em que dissensos se operam numa relação de contínuo conflito. Das tecnologias do poder disciplinar à biopolítica - ao revelar suas técnicas, sua microfísica, sua extensa presença - Foucault tem na verdade, como preocupação, a liberdade, o que implica dizer que extrapola os mecanismos jurídicos e a lei, em razão de que:

> A mesma liberdade que, concedida através do aparato jurídico-político do poder, é por ele usurpada e serve para legitimá-lo nas suas próprias concessões. É a liberdade das liberações da lei e de um certo tipo de política. diferentes campos do pensamento e diferentes campos das práticas políticas e dos saberes se apropriam da liberdade, atribuindo-lhe concepções que identificam a si mesmas, todavia não conseguindo imprimir à realidade que definem, nos espaços que são os seus, experiências efetivas de liberdade dos sujeitos, mas novas sujeições (FILHO, 2007, p. 3).

[1] Para Foucault o poder passa por adequações, em que determinadas estratégias podem predominar sobre as outras, ou mesclar-se a elas. Em primeiro lugar, o poder de soberania é aquele dentro do qual o soberano deixa viver e faz morrer, quando necessário. O poder disciplinar, por outro lado, é aquele onde se insere um conjunto amplo de tecnologias disciplinares em que o corpo-indivíduo é o alvo, a ser disciplinado, moldado, esquadrinhado etc. Já o biopoder, a biopolítica, é o âmbito da política sobre a vida, ou seja, do corpo-espécie, sobre a população. (FOUCAULT, 2000).

Isso implica entender a resistência como processo amplo e aberto, podendo nascer na própria estrutura de poder dominante. Nem fora nem dentro e não se limitando aos embates com o Estado, processa-se num intervalo entre dois.

Decisivo aqui é pensar em termos, antes que de poder, de potência. Hardt e Negri (2010), argumentam que, não é de poder que se trata, mas de potência. E por isso está em questão, do que se nutre o poder. A soberania do Império depende não apenas do consentimento como da produtividade social dos governados. O que emerge como força produtora não vem do Império, mas tem, em relação a ele, anterioridade. Essa potência em particular, implica multiplicidade.

> A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12).

Além disso, a potência é de pensar/agir operando em simultâneo, enquanto as diferenças exercitam composições. O objetivo é produzir desobediência, uma vez que é pela obediência política e produtividade econômica que os corpos/mentes são dominados e assujeitados. Desobediência significa não alimentar o poder que, sendo posterior, se nutre da potência da vida controlada ao limite. Esse controle tem um nome: biopoder, isto é, forma de poder que regulamenta a vida a partir do biológico, acionando tecnologias e mecanismos, discursos e práticas segundo a lógica de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2006).

Ao pensar o aspecto regulamentador do biopoder, aliado ao aspecto produtivo da disciplina, o controle da sociedade se exerce mobilizando o corpo, ao mesmo tempo em que se faz sobre ele, o controla. Mas não alimentar o biopoder não é o mesmo que anulá-lo e assim, resistir é produzir-se nas relações de poder.

Se pelo disciplinar, o comando social se faz mediante uma rede difusa de dispositivos e mecanismo que produzem os costumes, os hábitos, no biopoder, os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais “democráticos”, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42).

Interessa ainda sobre a resistência, colocar em relevo o caráter de rupturas processuais, cotidianas e cumulativas, mas não lineares, que não tem um grande ou único momento, não são pré-definidas e não terminam, antes produzem no percurso, novos modos de resistir.

É preciso reconhecer na resistência, ao contrário de uma simples reação ao poder, a primazia da vida sobre ele. Está posta assim, a anterioridade da resistência em relação ao poder, negação, mas com a afirmação de sua potência. Esse nos parece um reconhecimento indispensável a diferenciar resistência de reação, para falar efetivamente de potência.

Hardt e Negri (2005), reiteram esse mesmo primado da resistência o que a distancia de mera reação, afirmam sua antecedência em relação ao poder, o que é considerado um princípio pelo qual é possível começar uma história da resistência que não se dê pelo alto, mas pela base concreta das experiências.

Para Hardt e Negri (2010), haveria aqui redefinição da política e mesmo da militância. Estaríamos diante da reinvenção da noção de resistência, que nos termos dos autores, seria lugar de construção de uma nova modalidade de relação com o poder, deslocando-se de uma perspectiva de contestação externa e defensiva, que acaba por reproduzir aquilo que combate, para uma perspectiva criadora e propositiva, nesse caso, de novas estratégias e agenciamentos (NEGRI, 1993).

Permite inferir a resistência aos poderes instituídos no jogo de relações de forças, na condição de ir muito além da recusa aos ditames do poder, porque é sobretudo de afirmação que se trata. Esta capacidade de propor, produzir, criar e não apenas negar só pode ser algo vivo, que se descobre enquanto se dão as lutas e o exercício concreto do poder já agora. A liberação é já o próprio processo.

Desse modo, as novas exigências organizativas dão conta de que é preciso forjar sujeitos que lutem prioritariamente para ocupar um lugar vazio, que só pode ser preenchido pelo reconhecimento da própria positividade em relação ao opositor. A ideia de resistência implica auto afirmação das lutas e suas marcas, em movimento e conflito, em face dos desejos em latência, invisíveis para quem luta. Se as formas de

opressão são diversas é que as formas de resistência também o são. É isso que permite pensar pois, uma nova determinação, intrínseca à classe subalterna, advinda de sua própria dinâmica.

Outro desafio passa a ser conceber o sujeito coletivo em sua máxima amplitude, o que significa que no limite, ele se refere a todos, todos que são explorados. Refere-se a todos que podem lutar pela construção de um mundo comum, todos que são produtores da riqueza social de algum modo, exatamente porque portadores do trabalho vivo ou, noutros termos, portadores da potência a uma vastidão incalculável de coisas e agenciamentos.

Não há modelos de experimentação de resistências, o que seria sua própria negação como desejo ou, o que é o mesmo, negação da potência que anula o desejo e paralisa a vida.

Desse modo, a organização subjetiva da luta é condição de sua potência, não um efeito posterior a produzir novas subjetividades. E para isso, é preciso desorganizá-la, desestruturá-la, para tornar possível essa experimentação subjetiva mais íntegra.

É assim que resistir envolve a criação de novas formas de subjetivação, na produção de novos modos de vida, o que implica novos modos de afetar, novas linguagens, mobilizando desejos na invenção de outras formas de relação de cada corpo consigo e com outros. Se o processo de produção é um todo, envolve o conjunto das dimensões da vida social, por isso passa a ser também e antes de tudo, processo de produção de subjetividade.

Para pensar novos modos de subjetivação, é necessário encontrar no dominado, o que não está contido na lógica da relação com o dominador, o que está por trás, antes e além da relação. Implica acolher a diferença, os diferentes sujeitos da resistência, sem encaixá-los em prévias definições. Acolher a diferença inevitável das composições, assim como sua singularidade, é trazer para a dimensão visível, o que foi contido.

É a partir desse entendimento acerca da anterioridade da resistência em relação ao poder que pretendemos compreender a experiência do Quilombo Liberdade. O que ela nos indica? Quais sinais e desafios em termos de processos múltiplos de resistência?

2 QUILOMBO URBANO LIBERDADE E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Em São Luís/MA fica o Quilombo Liberdade, expressão viva de um território de disputas e conflitos, como o são os territórios urbanos nesse processo de produção da cidade. Nesse cenário, já se constitui a partir de uma linha de fuga, porque constituído por antigos moradores de quilombos rurais. Isto significa que já carregam a marca das lutas de seus antepassados e com ela passam a habitar a cidade, compondo um bairro sob a marca de sua condição étnico-racial.

A história dos quilombos no Brasil se dá desde o início da formação brasileira, em especial no contexto de sequestro de africanos de seu continente para serem escravizados aqui, com isso, uma forma de resistência consistia na fuga e na formação de pequenas comunidades em meio à floresta (os quilombos), ou em meios urbanos, os quilombos urbanos.

O bairro da Liberdade inicia sua formação a partir da construção do Matadouro Modelo, em 1918, que se constituía, naquele período, como um importante espaço de investimento na economia local e que completou 100 anos no ano de 2018. É assim, considerado pela população, como o símbolo do bairro, pois foi nesse período se intensificou o fluxo de pessoas vindas da Baixada Maranhense, formando o bairro na área central da cidade. A partir disso, na década de 1940, a economia local foi se estabelecendo ainda mais, principalmente através da construção de fábricas próximas ao Matadouro, a exemplo da Companhia Brasileira de Óleos – CBO e da Companhia Carioca de Óleos – CCO.

Atraídos por esse dinamismo econômico, aqui chegam com um diferencial: manter viva sua cultura. É o que explica Nicinha Durans, moradora: “As pessoas reproduzem as relações que existem nos quilombos rurais, e isso é muito forte na Liberdade. É um bairro negro” (AGÊNCIA TAMBOR, 2019). O fato de serem

originários de quilombos rurais, faz com que carreguem, em menor ou maior grau e de diferentes formas, uma marca identitária. Ela é produtora do território, é o que dá a ele a marca de um território vivo, que dá sua particularidade e, portanto, sua força própria de agir. É essa força originária, ancorada no modo de vida dos quilombos rurais, o fio condutor da experiência de habitar no espaço urbano. Como esse espaço é essencialmente marcado por relações de poder, é afetado por elas que vão constituindo a si mesmos no espaço enquanto o produzem.

Há assim, uma dimensão de espaço que é dada por essa condição étnico-racial, esse lugar-modo de existir. Como todo espaço, o urbano também é permeado por uma multiplicidade muito grande de características, sejam elas espaciais, físicas, sociais, afetivas ou culturais. É assim que a liberdade hoje, é palco da violência do tráfico e da política de segurança do Estado. São processos cujas tecnologias disciplinam, tornam os corpos produtivos e também punem.

Constituída como um bairro periférico, marcada por questões de classe, a Liberdade foi e é marcada pelo racismo, em acréscimo. Conforme aduz Michael Lopes, morador, em estudo de Amaral et al. (2019), o bairro sofre uma dupla violência em decorrência de sua constituição: preto e pobre. Ele aponta ainda como agravante o tráfico de drogas, intimamente relacionado aos índices de violência, afetando crianças, adolescentes e jovens, grupo mais “vulnerável diante da omissão do Estado e da falta de políticas públicas de amparo” (AMARAL et al., 2019, p. 6-7).

Faz parte da história da Liberdade, o êxodo rural, as palafitas, a violência, mas também as pessoas e suas histórias, que são/seguem sendo parte da produção viva do espaço e nele, de sua própria subjetivação. Assim, o quilombo se destaca como um território de luta, em continuidade a uma luta ancestral herdada. É, portanto, um povo em cujas veias corre a resistência.

Contudo, tais formas de opressão, mais abertas e mais sutis, não expressam um simples poder que vem de fora, mas são eficazes porque circulam em todos os espaços e relações. Estas, alimentam, transmitem e fazem conflituar, saberes e práticas que funcionam como dispositivos de poder.

3 ESTRATÉGIAS E TÁTICAS EM EXPERIMENTAÇÃO

A vivência cultural da Liberdade, assim como suas lutas levaram ao seu reconhecimento como um território quilombola. Em 2018, a comunidade se autodefiniu como um remanescente de quilombo. Esse reconhecimento, interno e externo, foi uma conquista do bairro, que a partir daí, pode acessar políticas públicas, próprias para esse segmento (AGÊNCIA TAMBOR, 2019). Enme Paixão, moradora do bairro, considera o título um avanço:

> O Maranhão é um estado preto. O Brasil é um país preto. Espaços de resistência como o bairro da Liberdade carregam muito mais que nossa história enquanto negros brasileiros, mas também mantêm a nossa história viva enquanto filhos distantes da África.

Apesar disso, aqui a criticidade é indispensável, quando, o que parece apenas conquista é na verdade, controle. Esse, dadas as armadilhas democráticas, é um risco sutil. Além disso, o racismo de estado é sempre presente, sob a lógica de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2009). Por essa via, a morte de jovens negros é um dado, justificado inclusive pelo estigma que carregam eles por suas condições de classe, étnico-racial e por habitar um bairro negro.

É a essas nuances que a resistência precisa ficar atenta, a ponto de só poder fazer frente a isso se resgatar sua força própria, aquela que herdaram dos quilombos rurais, tão presentes em suas expressões estéticas, culturais e políticas. E é nessa direção que, no quilombo Liberdade, inúmeras iniciativas podem ser consideradas ensaios e experimentações da potência que carrega o pertencimento a uma raça e suas raízes.

E se as iniciativas ali desenvolvidas buscam envolver o bairro e sua população de modo mais amplo, nem por isso deixa de ter pautas específicas. Assim, a juventude priorizada parece estar engajada, mobilizada, inclusive para colocar no lugar da falta de políticas públicas, por exemplo, no bairro, a exploração de uma potencialidade que os habita. É a partir disso que emerge uma estratégia de envolvimento, de educação para a experimentação política que se faz contemporânea de seu tempo e sintonizada com o que adolescentes e jovens agora, efetivamente são e não com o que deveriam

ser, e com isso não prescrevendo carta de intenções ou dependendo da tutela do Estado.

Podemos assim, inferir ensaios de uma ética prática da resistência ancorada em sua condição étnico-racial, e isso, em seu caráter afirmativo, aciona sua positividade, onde o negro saiba o que quer e deseja, para a partir daí, reivindicar direitos. Essa, em vez de demonstrar a fraqueza do bairro e a reafirmação de sua exclusão, vai criando seus próprios canais e mecanismos de expressão, na construção do espaço urbano. Assim, mobiliza o que pode lhes interessar e para além de quaisquer discursos abstratos, vem construindo experimentação de sua condição numa perspectiva de força própria.

Precisamente, por meio de festivais, das organizações do bairro, da escola e de movimentos, experimentam, de diversas formas, inserir a juventude nos processos de luta e resistência, em outros modos de vida que, por um lado, ancoram-se em suas tradições que são anteriores ao poder estatal, para não deixá-los à mercê da violência, não se definindo por ela e por olhares alheios. Por outro, essa é uma tentativa de fazê-los enxergar em si, potencialidades que são anteriores às opressões, que existem antes mesmo dos estigmas, dos preconceitos que vêm de fora. Estas, sintonizam-se com o tempo presente, com nossas experiências e desafios de convívio e luta contemporâneos.

Nessa direção, o Centro de Integração Sociocultural Aprendiz do Futuro (CISAF), tem papel importante no quilombo e tem sido capaz de realizar projetos educacionais; incentivar o esporte e lazer; engajar a juventude na valorização de sua própria identidade. Uma estratégia de luta é o Festival de Belezas Negras da Liberdade Quilombola[2]. Segundo Michael Lopes, o festival trata “da busca da visibilidade e formação política dos próprios jovens negros, fortalecendo os vínculos com suas raízes e estruturando bases sólidas de valorização de sua estética negra” (AMARAL et al., 2019, p. 7).

[2] Ocorrido o primeiro no ano de 2018, durante o mês de novembro, em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

É por essa razão que a organização exerce um grande papel no que tange à diminuição dos índices de violência e da vulnerabilidade juvenil em relação às drogas (AMARAL et al., 2019). Em outras palavras, experimenta a potência antes do poder, enquanto lida com seus efeitos.

Outra significativa experiência é o Movimento Quilombo Urbano Hip Hop Militante, uma organização de mobilização do povo preto que dá destaque a elementos da música, do Hip Hop (Rap, break, grafite, etc.). Segundo Assunção (2017, p. 215 apud AMARAL et al., 2019, p. 7) esse movimento assume um posicionamento de luta por redistribuição de direitos sociais, mas também contra os estigmas de pobreza e violência, "além de injustiças do ponto de vista cultural atribuídos a eles durante décadas". Segundo as autoras, esses estigmas atribuídos ao bairro, em muito, são de responsabilidade do discurso midiático, caracterizando-o como violento e perigoso. Dessa forma:

> Os movimentos estão então agindo de forma a desconstruir essas ideias preconcebidas, pautando-se em especial na formação de uma consciência política dos seus jovens, na busca por igualdade e identidade (AMARAL et al., 2019).

Nesse cenário, a questão étnico-racial é central. Exemplo disso é o Centro Educacional Estado do Pará, instituição de ensino do bairro que desenvolve diversas atividades e projetos que focam na afirmação da identidade negra. Um dos projetos é o Escola, Comunidade e Espaços de Construção da Identidade Étnico-Racial, onde os alunos realizam atividades como feira de ciências, maquetes, sessão de fotos, murais. Assim, põem em pauta continuamente o racismo, o preconceito, estereótipos, discriminação racial, entre outros (AMARAL et al., 2019).

Essa é a dimensão afirmativa da resistência, que precisa se sobrepor à dimensão negativa e reativa dela, embora ambas não se excluam. É, contudo, uma indispensável questão de ênfase. A potência não é, assim, uma descoberta de algo, um ponto de chegada, mas o motor vivo da luta, da resistência. Faz-se de diferentes modos, graus, lugares, sem definições prévias, sem modelos e sem grandes alardes. Tal como os micropoderes, há micro resistências que podem se somar.

É possível perceber então, que o bairro foi adquirindo ao longo do tempo uma efetiva compleição de partilha, de construção do valor daquilo que tem sido experimentações que afirmam em certa medida esse comum na direção do bem viver. As atividades e eventos são instrumentos possíveis para se manterem ativos no ato de perseverar em sua força própria, não só física ou biológica, mas também sua raiz cultural, na constituição, menos de uma identidade que sempre requer a demarcação de um lugar fixo em disputa com outros e mais de experiências relacionais abertas ao inédito, aos conflitos e aos erros. E assim sempre ameaçada, que são construídos no interior do bairro e que dão azo ao convívio intra-bairro da população através das múltiplas relações ali estabelecidas no decorrer dos anos, tornando o bairro um sinônimo de luta e resistência.

Trata-se da produção, ainda que localizada, (o que não é desconecta do global) de ensaios, na tentativa e erro, de outros modos de viver e relacionar. Ensaios ativos de re-existir, que vão além da reação, seja à ausência de políticas públicas, seja aos diversos outros modos de expressão do racismo.

Podemos então supor que para além de uma questão de identidade, trata-se de uma experimentação ética o que de fato ancora seus processos de resistência. E por que uma ética? Porque a identidade, ainda que entendida como algo relacional, implica a demarcação de um lugar, de uma posição, enquanto a ética pressupõe encontros, experimentação contínua de outros modos de existir. Extrapola a questão étnico-racial e a conecta à classe, ao gênero, ao viver entre os homens.

Assim, é preciso falar de encontros, uma vez que estar no mundo significa estabelecer relação com tudo que o compõe, todos os corpos que nele estão inseridos. Como posso agir? O que pode esse corpo/mente que constitui a experiência do bairro em seus diversos acontecimentos? Que força interna ele mobiliza? Que desejos acionam nos sujeitos, podendo conduzi-los a menos assujeitamento?

Aqui trata-se de exercícios práticos de mobilização da força própria interna ao bairro e aos negros. A troca de afetos políticos decorrentes das relações existentes produzem bons encontros na medida em que os corpos em interação, podem, quanto

maior sua intensidade, aumentar a potência de cada um e de muitos de agir, no quilombo e em sua experiência social mais ampla

Nesse processo, mente e corpo não se separam, mas coexistem. O corpo também é o bairro, a Liberdade, um território de disputas que, de maneiras diferentes, pode ir aprendendo a experimentar a resistência, em suas manifestações, exercícios estratégicos e táticos de produção de espaços/tempos de viver/relacionar de outros modos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Liberdade, em meio às relações de poder que no plano macro e micro reiteram o racismo, experimenta condições de possibilidade de re-existir no lugar e tempo em que o velho e novo coexistem.

A experiência do quilombo Liberdade nos remete a múltiplas composições, de caráter étnico-racial, ancoradas na expressão político-cultural, de singularidades que habitam o bairro, e todas elas estão em constante busca de sua própria determinação, que é anterior ao sistema capitalista, anterior às opressões advindas dele, como o racismo. Para resistir, é necessário ainda o reconhecimento de todas as nuances da opressão, seja mais velada ou mais aberta, explícita. Assim, nas relações de poder se constrói/reposiciona a resistência.

Isso implica investir nos corpos, mas ao contrário das tecnologias de poder disciplinar e da biopolítica das populações, produzindo pouco a pouco, em atos, desobediência política.

É também de reverter-se a lógica da falta, que define a classe ou os indivíduos por sua carência, pela lógica da potência. A ressignificação desses conceitos permite que haja maior exploração da força dos sujeitos.

Dessa forma, a *diferença* não deve ser posta de lado, mas sim acolhida, os sujeitos em suas singularidades não permitem e não devem ser encaixados em definições prévias, dispensando qualquer forma da prescrição. Acolher a diferença é abrir ao que está contido e invisível, que é em suma, a potência de agir/pensar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nailza Pinto.; COSTA, Karyna Diniz.; MENDES, Liliana Sampaio.; PEREIRA, Fayga da Silva.; PEREIRA, Zilda Dias.; SALES, Aline de Araújo. **QUESTÃO RACIAL NO MARANHÃO:** o bairro da Liberdade como exemplo de construção e valorização da identidade negra. *In:* Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Brasília, DF. 40 anos do Congresso da Virada do Serviço Social. Vitória – ES: Broseguini Bonino, 2019, v. 16. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/800. Acesso em: 21 abr. 2021.

AGÊNCIA TAMBOR. **Liberdade torna-se o primeiro quilombo urbano do Maranhão.** São Luís, 2019. Disponível em: http://www.agenciatambor.net.br/noticias/liberdade-torna-se-o-primeiro-quilombo-urbano-do-maranhao/. Acesso em: 22 abr. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Col. Ditos e Escritos (v.V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. De Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FILHO, A. S. "**Foucault**: O cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma Agonística". IV Colóquio Internacional de Michel Foucault. Abril de 2007, Natal.

GUIMARÃES, V. T. Direito à cidade e direitos na cidade: integrando as perspectivas social, política e jurídica. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 09, nº 2. ISSN 2317-7721 pp. 626-665, 2017. DOI: 10.12957/rdc.2017.27143.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Trad. Clóvis Marques. Ver. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record,. 2005.

_____. **Império**. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de. Janeiro: Record, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Vozes, Rio de Janeiro, 7ª edição, 2013.